ATA 27/2026 - SESSÃO ORDINÁRIA

27ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa
da 14ª Legislatura - 03 de novembro de 2026.

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e cinco minutos, reuniram-se em Sessão Ordinária no recinto da Câmara Municipal de Vereadores de BRAGA-RS, presidida pelo(a) Vereadora Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera (PP) 1ª Verificação de Quórum de Abertura, estando presente os seguintes Vereadores: Ver. Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera (PP), Ver. Genesio Bartolomeu Renz (PT), Ver. Ivone Amaral da Silva (MDB), Ver. Adimir Werner Schmitt (MDB), Ver. Carlos Alberto Lorenzzatto (PP), Ver. Dorival Mattos de Morais (PDT), Ver. Everaldo Mangini (MDB), Ver. Everton Della Libera (PP), Ver. Orlando Ricardo Tavares (MDB). A Presidente invocando a proteção de Deus e com fundamento na Lei Orgânica declarou aberta a Sessão. Leitura de um trecho bíblico pelo Ver. Dorival. Em prosseguimento passou à deliberação da ata da sessão anterior, Ata nº 26, Sessão Ordinária, de 19 de outubro de 2026. O Ver. Dorival solicitou que fosse acrescentado que ele agradeceu o Secretário de Obras e Serviços Urbanos, não sendo assim, apenas de obras. Ata aprovada, por unanimidade. Em seguida a Presidente determinou a leitura das matérias previstas no Expediente, na forma prevista no art. 162 e 163 do Regimento Interno. OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS: Ofício nº. 213/RH/2026 – Mais Frango; Ofício Sefaz nº. 017/2026; Ofício nº. 218 e 219/2026/GP; Ofício nº. 026 e 027/2026/GAB/CV; Ofício SMS nº. 153/2026 e Ofício nº. 071/2026 – APAE de Braga. LEITURA DO EXPEDIENTE E PROPOSIÇÕES: Iniciada a leitura do PROJETO DE LEI Nº 72, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR AUXÍLIO/CONVÊNIOS (REGIME DE URGÊNCIA). O Projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação e; de Finanças. Em seguida a Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos para que as Comissões se reunissem e emitissem os pareceres das Comissões ao Projeto em regime de urgência. ORDEM DO DIA: LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E FINANÇAS REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº. 72/2026. Em seguida os pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação sendo aprovados por unanimidade. Iniciada a apreciação do PROJETO DE LEI Nº 72, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR AUXÍLIO/CONVÊNIOS. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação sendo aprovado por todos. LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, AGRICULTURA E FINANÇAS REFERENTES AO PROJETO DE LEI Nº. 068/2026. Em seguida os Pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foram postos em votação, sendo aprovados por sete votos e um contrário do Ver. Adimir. Iniciada a apreciação do PROJETO DE LEI N° 68, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026, que ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.809, DE 27 DE DEZEMBRO

DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, REVOGA DISPOSITIVOS DA TABELA X DA LEI MUNICIPAL N.º 510, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação, sendo aprovado por 6 voto(s) Favorável(s), 2 voto(s) Contrário(s) dos Vereadores Adimir e Everton. LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E FINANÇAS, REFERENTES AO PROJETO DE LEI Nº. 070/2026. Em seguida os pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação sendo aprovados por unanimidade. Iniciada a apreciação do PROJETO DE LEI N° 70, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026, que DISPÕE SOBRE A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO DO PERÍODO DE QUE TRATA O ART. 7º, IX, DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020, PARA FINS DE ADICIONAIS DE TEMPO DE SERVIÇO, MUDANÇA DE CLASSE COM SEUS REFLEXOS NAS VERBAS QUE TÊM COMO BASE NO VENCIMENTO, AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DAS VANTAGENS E O PAGAMENTO RETROATIVO DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DEVIDAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS BEM COMO AOS INATIVOS VINCULADOS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação sendo aprovado por todos. LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E FINANÇAS, REFERENTES AO PROJETO DE LEI Nº. 071/2026. Em seguida os pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação sendo aprovados por unanimidade. Iniciada a apreciação do PROJETO DE LEI N° 71, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação sendo aprovado por todos. Esgotada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, na forma prevista no art. 169 do Regimento Interno, conforme inscrição prévia. Usou da palavra a Vereadora Ivone, que saudou a todos e iniciou sua manifestação parabenizando a Administração Municipal pela limpeza realizada no Cemitério Municipal. Na sequência, comentou sobre o Projeto de Lei nº 070/2026, destacando tratar-se de uma matéria polêmica, tendo em vista que, há alguns meses, havia sido aprovado outro projeto referente ao mesmo assunto, que autorizava a recomposição do tempo de serviço dos servidores públicos municipais, enquanto o projeto em discussão autorizava o pagamento dos valores retroativos decorrentes dessa recomposição. Relembrou que, na ocasião da aprovação do projeto anterior, circularam comentários negativos pela cidade, muitas vezes decorrentes da falta de compreensão da população acerca do conteúdo das matérias legislativas, bem como da ausência de esclarecimentos junto aos Vereadores. Ressaltou que, com a aprovação do novo projeto, o Poder Executivo poderia iniciar o pagamento dos valores retroativos aos servidores que

possuíam esse direito. O Vereador Carlos saudou a todos e iniciou sua manifestação abordando a situação da iluminação pública no município, relatando que havia sido procurado por diversos munícipes que reivindicavam melhorias nesse serviço. Destacou que a Administração Municipal deveria dispensar maior atenção à questão, tendo em vista que, há aproximadamente dois meses, havia procurado o Setor de Obras para solicitar providências, ocasião em que foi informado de que havia falta de materiais. Entretanto, até o momento, o problema não havia sido solucionado. Ressaltou que a iluminação pública constituía um direito da população, considerando que os munícipes pagavam a respectiva contribuição juntamente com a fatura de energia elétrica, motivo pelo qual solicitou que fossem adotadas as providências necessárias para a regularização do serviço. O Vereador Everton cumprimentou a todos e iniciou sua manifestação abordando o Projeto de Lei nº 068/2026, que altera os valores cobrados pelos serviços de horas-máquina, fornecimento de cargas de terra e limpeza de fossas. Explicou que os pequenos agricultores do município possuíam direito a quatro horas-máquina anuais, disponibilizadas por meio da Secretaria Municipal de Agricultura. Relatou que havia se manifestado contrariamente ao projeto quando da emissão do parecer, por entender que o índice de reajuste aplicado à tabela não havia sido o adequado. Citou, como exemplo, o aumento do valor da carga de terra de R$ 30,00 (trinta reais) para R$ 60,00 (sessenta reais), bem como o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) cobrado pela limpeza de fossas, que considerava elevado para famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Defendeu que fosse encaminhado um projeto visando à ampliação da quantidade de horas-máquina disponibilizadas aos pequenos agricultores, de acordo com suas necessidades. Sugeriu, ainda, o estabelecimento de critérios para a isenção de cobrança dos serviços prestados às famílias carentes, especialmente no fornecimento de cargas de terra e na limpeza de fossas. Acrescentou que tinha conhecimento da inexistência de uma forma de parcelamento dos valores cobrados nos demais casos, defendendo que essa possibilidade também fosse analisada. Finalizou solicitando que essas questões fossem revistas pela Administração Municipal, a fim de atender às necessidades da população, especialmente daqueles que mais necessitavam dos serviços públicos e que frequentemente procuravam os Vereadores em busca de providências. O Vereador Dorival saudou a todos e iniciou sua manifestação comentando sobre a formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, parabenizando a Secretaria Municipal de Educação, a Brigada Militar, os pais, os alunos e todos os envolvidos pela organização e realização do evento, que considerou muito bonito. Destacou que a Câmara Municipal havia contribuído com o valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinado à aquisição das bicicletas utilizadas na premiação dos alunos que se destacaram no projeto. Comentou sobre a importância de iniciativas de conscientização e prevenção ao uso de drogas, ressaltando os graves prejuízos que estas causavam à vida dos jovens e de suas famílias, podendo conduzir a consequências extremas, como a

prisão e a morte. Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Brigada Militar e destacou também a atuação do Poder Legislativo, especialmente na apreciação e aprovação de projetos de lei que viabilizavam a destinação de recursos públicos para ações de interesse da comunidade. Na sequência, relatou que havia realizado visitas a algumas residências no interior do município, constatando que a estrada até a Localidade de Quebra Dente apresentava boas condições de trafegabilidade. Entretanto, apontou a existência de trechos críticos que necessitavam de melhorias, especialmente na encruzilhada após o Quebra Dente, entre o Sítio Timóteo e o Lajeado Candinho, onde a estrada em direção ao Lajeado Candinho, até as residências da Dona Dileta e do Senhor Bastião, encontrava-se praticamente intrafegável. Acrescentou que, após essas propriedades, em direção ao Sítio Gabriel, o trecho de serra também apresentava condições precárias de trafegabilidade, necessitando de atenção por parte da Administração Municipal. Ressaltou que a falta de estradas em boas condições acabava desestimulando a permanência das famílias no meio rural. Finalizou esclarecendo que suas manifestações tinham caráter construtivo, reconhecendo que havia localidades com estradas bem conservadas, mas destacando que outras ainda necessitavam de melhorias e maior atenção do Poder Público. A Vereadora Inez saudou a todos e iniciou sua manifestação parabenizando a Secretária Municipal de Educação, Eliane, bem como todos os envolvidos na organização e realização da formatura do PROERD. Manifestou seu desejo de que o programa tivesse continuidade e pudesse abranger um número cada vez maior de crianças do município, considerando sua relevância na conscientização e prevenção ao uso de drogas. Explicou que as bicicletas adquiridas para a premiação foram destinadas aos alunos autores das melhores redações, sendo contemplado um aluno de cada escola participante. Demonstrou sua satisfação pela contribuição da Câmara Municipal para a realização do evento, especialmente por meio da destinação dos recursos para a aquisição das bicicletas. Na sequência, comentou sobre o projeto referente à contribuição financeira para a realização do Rodeio, manifestando sua satisfação com a aprovação da matéria e destacando que certamente estariam presentes no evento. Agradeceu ao Prefeito Municipal pelos serviços de limpeza e organização realizados no Cemitério Municipal, ressaltando a importância de que a manutenção fosse realizada de forma contínua ao longo do ano, evitando que o local voltasse a apresentar as condições em que se encontrava anteriormente. Comentou, ainda, sobre a existência de túmulos abandonados, sugerindo que fosse avaliada a possibilidade de sua retirada, observadas as exigências legais, a fim de possibilitar melhor aproveitamento do espaço, conforme a necessidade. Por fim, solicitou providências para o conserto do elevador do Centro Administrativo Municipal, que se encontrava desativado há um longo período, ressaltando que seu funcionamento era essencial para garantir a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida ou que apresentavam dificuldades para utilizar as escadas, assegurando-lhes condições adequadas de acesso aos serviços públicos. Nada mais havendo a tratar, às 20h48min, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a

presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, 1ª Secretária da Câmara Municipal, e pela Presidente da Mesa Diretora. Câmara Municipal de Vereadores de BRAGA, aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis.

Vereadora Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera

Presidente da Câmara

Vereadora Ivone Amaral da Silva

1º Secretário(a) da Câmara